

V. Exc. não se esqueça:

A manteiga GARÇA

sendo fabricada com cremes puros de leite é a mais saborosa das manteigas nacionais.

A UNICA que se confunde com as marcas estrangeiras!

Exija-a do seu fornecedor!

da Sagrada Família, e usando das atribuições que lhe confere a Constituição do Estado, para a execução da referida lei,

DECRETA:

Art. 1º—O Colégio de Nossa Senhora das Neves, equiparado à Escola Normal, deve obedecer às seguintes clausulas:

a)—Funcionar regularmente por mais de cinco anos e ser instalado em edifício próprio e que ofereça as condições higiênicas necessárias para o seu bom funcionamento adequado e respeitivo material para o ensino prático.

b)—Ter suficiente renda para o custeio do ensino integral das matérias do curso equiparado.

c)—Manter um corpo docente completo e idôneo para todas as disciplinas, sendo a sua nomeação de ilínea escolha da respectiva Diretoria, independente do concelho.

d)—Obstar ao Tesouro do Estado a quota de fiscalização da época legal.

e)—Observar no processo de estudos e de exames, os mesmos programas e métodos estabelecidos pelo regulamento da Escola Normal.

f)—Ministrar o ensino da língua portuguesa, de geografia, topografia e história da pátria, pelas professoras nacionais.

g)—Ensinar classes de ciências primárias, de acordo com o regulamento e programa da Infração Pública, para o exercício prático das normatistas.

h)—Fica o Colégio sujeito à mesma taxa de matrícula da Escola Normal.

i)—O Colégio observará a disciplina de seus estatutos particulares, não cabendo ao Fiscal qualquer interferência sobre este assunto.

j)—Os diplomas de normatistas, além da rubrica da Diretora do Colégio, terão a do Fiscal.

k)—Os diplomas de normatistas, além da rubrica da Diretora do Colégio, terão a do Fiscal.

l)—Fica o Colégio sujeito aos mesmos emolumentos dos expedidos pela Escola Normal, devendo ser pagos as retribuições arrecadadoras do Estado.

m)—O Colégio terá a transferência de algumas normatistas para outros colégios equiparados, que não tenham sede nesta capital, e vice-versa, mediante que, expidição, peças respectivas secretarias, com a menção completa do escrivão escrivão da transferida, da sua idade, ilustração, naturalidade, e gás os nomes dos exames prestados, as suas disciplinas que tiverem sido, devendo o Fiscal appor a sua rubrica depois da confidência das suas disposições.

n)—O Colégio terá a transferência de suas normatistas, ou acelitas antes do começo das aulas e dispensando de autorização do presidente do Estado, sempre que houver occorrência, com a prevenção à mudança, que lhevar facio que afecta a disciplina do estabelecimento de frequencia.

o)—A Diretoria do Colégio tem a faculdade de recamar, perante o governo, coa a apresentação das actas que julgar regularmente no processo de estudos das suas disciplinas, e na sua conduta moral e pacata, devendo essas reclamações ser feitas por escrito.

p)—De vez que a Diretoria do Colégio só se conforma com as reclamações e medidas do Fiscal, recorrerá para o Poderoso do Estado, fundamentando e documentando, quando for caso, esse recurso.

q)—Pela violação de qualquer das cláusulas deste regulamento o Colégio ficará sujeito a penalidades, desde a suspensão da classe, para o go dezena a suspensão ou perda das prerrogativas de equiparação, conforme a importância ou gavidade das casas.

q)—A pena de descerçaparão será imposta depois de ouvido o juiz do Conselho Superior de Instrução, que estudará o caso em juízo para esse fim convocadas.

r)—Todas as disciplinas, petições e creditos do curso equiparado do Colégio ficam sujeitos aos sellos do Estado, de acordo com as leis existentes.

s)—Compete ao Fiscal examinar se os documentos e pêndicos em trânsito pelo Colégio estão devidamente sellados.

t)—As bancas examinadoras se organizam pela Diretoria e submetem a aprovação do Fiscal.

Art. 2º—O Colégio não poderá ter Fazenda Júnto ao Colégio, nem a sua administração fará parte do Poderoso do Estado.

Art. 3º—O Fiscal será conservado em quanto bens servir, a critério do Governo, e as suas qualificações são as seguintes:

a)—Frequentar assiduamente o Colégio e assistir, quanto possível, às aulas teóricas e práticas do seu só, observando os métodos de ensino, a distribuição das classes e a execução dos programas da cada disciplina.

b)—Ser capaz de fazer, deixar um termo por escrito em livre competente, anotando ali as impressões que lhe parecerem.

c)—Saber ler, escrever, pa, pagar, todos os livros de escrituração do curso equiparado do Colégio.

d)—Poder não só exercer um master curso particular para alunos do Colégio, em substituição qualquer professor no mesmo Colégio no trânsito das suas disciplinas.

e)—Fazer a parte das suas atribuições de classes de cursos primários, reservados à pratica pedagógica das normatistas, a fim de verificar se estão sendo exactamente observadas as prescrições regulamentares.

f)—O Fiscal, como a banca examinadora, previamente das bancas organizadas coa ponente de cada classe, assim como a estas se associar, poderá, a seu critério, dar-lhe orientações.

g)—O Fiscal responderá ao papel que for distinguido para provas escritas de exames, assinalar o julgamento dos mesmos exams, lançando a sua assinatura nas provas juntamente com a banca examinadora.

h)—Se notar qualquer irregularidade nessa julgamento, pode não recusar a realização das reuniões de prova de direito, mas não se considerar autorizado a fazer que o determinadas e levá-las a face, por escrito, ao conhecimento do Governo.

i)—O Fiscal apresenta, a seu critério, ao Governo, um relatório do movimento do Colégio, relativamente ao curso equiparado.

j)—O Fiscal poderá, a seu critério, fazer que o distinguido para provas escritas de exames, assinalar o julgamento dos mesmos exams, lançando a sua assinatura nas provas juntamente com a banca examinadora.

h)—Se notar qualquer irregularidade nessa julgamento, pode não recusar a realização das reuniões de prova de direito, mas não se considerar autorizado a fazer que o determinadas e levá-las a face, por escrito, ao conhecimento do Governo.

i)—O Fiscal apresenta, a seu critério, ao Governo, um relatório do movimento do Colégio, relativamente ao curso equiparado.

j)—O Fiscal poderá, a seu critério, fazer que o distinguido para provas escritas de exames, assinalar o julgamento dos mesmos exams, lançando a sua assinatura nas provas juntamente com a banca examinadora.

h)—Se notar qualquer irregularidade nessa julgamento, pode não recusar a realização das reuniões de prova de direito, mas não se considerar autorizado a fazer que o determinadas e levá-las a face, por escrito, ao conhecimento do Governo.

i)—O Fiscal apresenta, a seu critério, ao Governo, um relatório do movimento do Colégio, relativamente ao curso equiparado.

j)—O Fiscal poderá, a seu critério, fazer que o distinguido para provas escritas de exames, assinalar o julgamento dos mesmos exams, lançando a sua assinatura nas provas juntamente com a banca examinadora.

h)—Se notar qualquer irregularidade nessa julgamento, pode não recusar a realização das reuniões de prova de direito, mas não se considerar autorizado a fazer que o determinadas e levá-las a face, por escrito, ao conhecimento do Governo.

i)—O Fiscal apresenta, a seu critério, ao Governo, um relatório do movimento do Colégio, relativamente ao curso equiparado.

j)—O Fiscal poderá, a seu critério, fazer que o distinguido para provas escritas de exames, assinalar o julgamento dos mesmos exams, lançando a sua assinatura nas provas juntamente com a banca examinadora.

h)—Se notar qualquer irregularidade nessa julgamento, pode não recusar a realização das reuniões de prova de direito, mas não se considerar autorizado a fazer que o determinadas e levá-las a face, por escrito, ao conhecimento do Governo.

i)—O Fiscal apresenta, a seu critério, ao Governo, um relatório do movimento do Colégio, relativamente ao curso equiparado.

j)—O Fiscal poderá, a seu critério, fazer que o distinguido para provas escritas de exames, assinalar o julgamento dos mesmos exams, lançando a sua assinatura nas provas juntamente com a banca examinadora.

h)—Se notar qualquer irregularidade nessa julgamento, pode não recusar a realização das reuniões de prova de direito, mas não se considerar autorizado a fazer que o determinadas e levá-las a face, por escrito, ao conhecimento do Governo.

i)—O Fiscal apresenta, a seu critério, ao Governo, um relatório do movimento do Colégio, relativamente ao curso equiparado.

j)—O Fiscal poderá, a seu critério, fazer que o distinguido para provas escritas de exames, assinalar o julgamento dos mesmos exams, lançando a sua assinatura nas provas juntamente com a banca examinadora.

h)—Se notar qualquer irregularidade nessa julgamento, pode não recusar a realização das reuniões de prova de direito, mas não se considerar autorizado a fazer que o determinadas e levá-las a face, por escrito, ao conhecimento do Governo.

i)—O Fiscal apresenta, a seu critério, ao Governo, um relatório do movimento do Colégio, relativamente ao curso equiparado.

j)—O Fiscal poderá, a seu critério, fazer que o distinguido para provas escritas de exames, assinalar o julgamento dos mesmos exams, lançando a sua assinatura nas provas juntamente com a banca examinadora.

h)—Se notar qualquer irregularidade nessa julgamento, pode não recusar a realização das reuniões de prova de direito, mas não se considerar autorizado a fazer que o determinadas e levá-las a face, por escrito, ao conhecimento do Governo.

i)—O Fiscal apresenta, a seu critério, ao Governo, um relatório do movimento do Colégio, relativamente ao curso equiparado.

j)—O Fiscal poderá, a seu critério, fazer que o distinguido para provas escritas de exames, assinalar o julgamento dos mesmos exams, lançando a sua assinatura nas provas juntamente com a banca examinadora.

h)—Se notar qualquer irregularidade nessa julgamento, pode não recusar a realização das reuniões de prova de direito, mas não se considerar autorizado a fazer que o determinadas e levá-las a face, por escrito, ao conhecimento do Governo.

i)—O Fiscal apresenta, a seu critério, ao Governo, um relatório do movimento do Colégio, relativamente ao curso equiparado.

j)—O Fiscal poderá, a seu critério, fazer que o distinguido para provas escritas de exames, assinalar o julgamento dos mesmos exams, lançando a sua assinatura nas provas juntamente com a banca examinadora.

h)—Se notar qualquer irregularidade nessa julgamento, pode não recusar a realização das reuniões de prova de direito, mas não se considerar autorizado a fazer que o determinadas e levá-las a face, por escrito, ao conhecimento do Governo.

i)—O Fiscal apresenta, a seu critério, ao Governo, um relatório do movimento do Colégio, relativamente ao curso equiparado.

j)—O Fiscal poderá, a seu critério, fazer que o distinguido para provas escritas de exames, assinalar o julgamento dos mesmos exams, lançando a sua assinatura nas provas juntamente com a banca examinadora.

h)—Se notar qualquer irregularidade nessa julgamento, pode não recusar a realização das reuniões de prova de direito, mas não se considerar autorizado a fazer que o determinadas e levá-las a face, por escrito, ao conhecimento do Governo.

i)—O Fiscal apresenta, a seu critério, ao Governo, um relatório do movimento do Colégio, relativamente ao curso equiparado.

j)—O Fiscal poderá, a seu critério, fazer que o distinguido para provas escritas de exames, assinalar o julgamento dos mesmos exams, lançando a sua assinatura nas provas juntamente com a banca examinadora.

h)—Se notar qualquer irregularidade nessa julgamento, pode não recusar a realização das reuniões de prova de direito, mas não se considerar autorizado a fazer que o determinadas e levá-las a face, por escrito, ao conhecimento do Governo.

i)—O Fiscal apresenta, a seu critério, ao Governo, um relatório do movimento do Colégio, relativamente ao curso equiparado.

j)—O Fiscal poderá, a seu critério, fazer que o distinguido para provas escritas de exames, assinalar o julgamento dos mesmos exams, lançando a sua assinatura nas provas juntamente com a banca examinadora.

h)—Se notar qualquer irregularidade nessa julgamento, pode não recusar a realização das reuniões de prova de direito, mas não se considerar autorizado a fazer que o determinadas e levá-las a face, por escrito, ao conhecimento do Governo.

i)—O Fiscal apresenta, a seu critério, ao Governo, um relatório do movimento do Colégio, relativamente ao curso equiparado.

j)—O Fiscal poderá, a seu critério, fazer que o distinguido para provas escritas de exames, assinalar o julgamento dos mesmos exams, lançando a sua assinatura nas provas juntamente com a banca examinadora.

h)—Se notar qualquer irregularidade nessa julgamento, pode não recusar a realização das reuniões de prova de direito, mas não se considerar autorizado a fazer que o determinadas e levá-las a face, por escrito, ao conhecimento do Governo.

i)—O Fiscal apresenta, a seu critério, ao Governo, um relatório do movimento do Colégio, relativamente ao curso equiparado.

j)—O Fiscal poderá, a seu critério, fazer que o distinguido para provas escritas de exames, assinalar o julgamento dos mesmos exams, lançando a sua assinatura nas provas juntamente com a banca examinadora.

h)—Se notar qualquer irregularidade nessa julgamento, pode não recusar a realização das reuniões de prova de direito, mas não se considerar autorizado a fazer que o determinadas e levá-las a face, por escrito, ao conhecimento do Governo.

i)—O Fiscal apresenta, a seu critério, ao Governo, um relatório do movimento do Colégio, relativamente ao curso equiparado.

j)—O Fiscal poderá, a seu critério, fazer que o distinguido para provas escritas de exames, assinalar o julgamento dos mesmos exams, lançando a sua assinatura nas provas juntamente com a banca examinadora.

h)—Se notar qualquer irregularidade nessa julgamento, pode não recusar a realização das reuniões de prova de direito, mas não se considerar autorizado a fazer que o determinadas e levá-las a face, por escrito, ao conhecimento do Governo.

i)—O Fiscal apresenta, a seu critério, ao Governo, um relatório do movimento do Colégio, relativamente ao curso equiparado.

j)—O Fiscal poderá, a seu critério, fazer que o distinguido para provas escritas de exames, assinalar o julgamento dos mesmos exams, lançando a sua assinatura nas provas juntamente com a banca examinadora.

h)—Se notar qualquer irregularidade nessa julgamento, pode não recusar a realização das reuniões de prova de direito, mas não se considerar autorizado a fazer que o determinadas e levá-las a face, por escrito, ao conhecimento do Governo.

i)—O Fiscal apresenta, a seu critério, ao Governo, um relatório do movimento do Colégio, relativamente ao curso equiparado.

j)—O Fiscal poderá, a seu critério, fazer que o distinguido para provas escritas de exames, assinalar o julgamento dos mesmos exams, lançando a sua assinatura nas provas juntamente com a banca examinadora.

h)—Se notar qualquer irregularidade nessa julgamento, pode não recusar a realização das reuniões de prova de direito, mas não se considerar autorizado a fazer que o determinadas e levá-las a face, por escrito, ao conhecimento do Governo.

i)—O Fiscal apresenta, a seu critério, ao Governo, um relatório do movimento do Colégio, relativamente ao curso equiparado.

j)—O Fiscal poderá, a seu critério, fazer que o distinguido para provas escritas de exames, assinalar o julgamento dos mesmos exams, lançando a sua assinatura nas provas juntamente com a banca examinadora.

h)—Se notar qualquer irregularidade nessa julgamento, pode não recusar a realização das reuniões de prova de direito, mas não se considerar autorizado a fazer que o determinadas e levá-las a face, por escrito, ao conhecimento do Governo.

i)—O Fiscal apresenta, a seu critério, ao Governo, um relatório do movimento do Colégio, relativamente ao curso equiparado.

j)—O Fiscal poderá, a seu critério, fazer que o distinguido para provas escritas de exames, assinalar o julgamento dos mesmos exams, lançando a sua assinatura nas provas juntamente com a banca examinadora.

h)—Se notar qualquer irregularidade nessa julgamento, pode não recusar a realização das reuniões de prova de direito, mas não se considerar autorizado a fazer que o determinadas e levá-las a face, por escrito, ao conhecimento do Governo.

i)—O Fiscal apresenta, a seu critério, ao Governo, um relatório do movimento do Colégio, relativamente ao curso equiparado.

j)—O Fiscal poderá, a seu critério, fazer que o distinguido para provas escritas de exames, assinalar o julgamento dos mesmos exams, lançando a sua assinatura nas provas juntamente com a banca examinadora.

h)—Se notar qualquer irregularidade nessa julgamento, pode não recusar a realização das reuniões de prova de direito, mas não se considerar autorizado a fazer que o determinadas e levá-las a face, por escrito, ao conhecimento do Governo.

i)—O Fiscal apresenta, a seu critério, ao Governo, um relatório do movimento do Colégio, relativamente ao curso equiparado.

j)—O Fiscal poderá, a seu critério, fazer que o distinguido para provas escritas de exames, assinalar o julgamento dos mesmos exams, lançando a sua assinatura nas provas juntamente com a banca examinadora.

h)—Se notar qualquer irregularidade nessa julgamento, pode não recusar a realização das reuniões de prova de direito, mas não se considerar autorizado a fazer que o determinadas e levá-las a face, por escrito, ao conhecimento do Governo.

i)—O Fiscal apresenta, a seu critério, ao Governo, um relatório do movimento do Colégio, relativamente ao curso equiparado.

j)—O Fiscal poderá, a seu critério, fazer que o distinguido para provas escritas de exames, assinalar o julgamento dos mesmos exams, lançando a sua assinatura nas provas juntamente com a banca examinadora.

h)—Se notar qualquer irregularidade nessa julgamento, pode não recusar a realização das reuniões de prova de direito, mas não se considerar autorizado a fazer que o determinadas e levá-las a face, por escrito, ao conhecimento do Governo.

i)—O Fiscal apresenta, a seu critério, ao Governo, um relatório do movimento do Colégio, relativamente ao curso equiparado.

j)—O Fiscal poderá, a seu critério, fazer que o distinguido para provas escritas de exames, assinalar o julgamento dos mesmos exams, lançando a sua assinatura nas provas juntamente com a banca examinadora.

h)—Se notar qualquer irregularidade nessa julgamento, pode não recusar a realização das reuniões de prova de direito, mas não se considerar autorizado a fazer que o determinadas e levá-las a face, por escrito, ao conhecimento do Governo.

i)—O Fiscal apresenta, a seu critério, ao Governo, um relatório do movimento do Colégio, relativamente ao curso equiparado.

j)—O Fiscal poderá, a seu critério, fazer que o distinguido para provas escritas de exames, assinalar o julgamento dos mesmos exams, lançando a sua assinatura nas provas juntamente com a banca examinadora.

h)—Se notar qualquer irregularidade nessa julgamento, pode não recusar a realização das reuniões de prova de direito, mas não se considerar autorizado a fazer que o determinadas e levá-las a face, por escrito, ao conhecimento do Governo.

i)—O Fiscal apresenta, a seu critério, ao Governo, um relatório do movimento do Colégio, relativamente ao curso equiparado.

j)—O Fiscal poderá, a seu critério, fazer que o distinguido para provas escritas de exames, assinalar o julgamento dos mesmos exams, lançando a sua assinatura nas provas juntamente com a banca examinadora.

h)—Se notar qualquer irregularidade nessa julgamento, pode não recusar a realização das reuniões de prova de direito, mas não se considerar autorizado a fazer que o determinadas e levá-las a face, por escrito, ao conhecimento do Governo.

i)—O Fiscal apresenta, a seu critério, ao Governo, um relatório do movimento do Colégio, relativamente ao curso equiparado.

j)—O Fiscal poderá, a seu critério, fazer que o distinguido para provas escritas de exames, assinalar o julgamento dos mesmos exams, lançando a sua assinatura nas provas juntamente com a banca examinadora.

h)—Se notar qualquer irregularidade nessa julgamento, pode não recusar a realização das reuniões de prova de direito, mas não se considerar autorizado a fazer que o determinadas e levá-las a face, por escrito, ao conhecimento do Governo.

i)—O Fiscal apresenta, a seu critério, ao Governo, um relatório do movimento do Colégio, relativamente ao curso equiparado.

j)—O Fiscal poderá, a seu critério, fazer que o distinguido para provas escritas de exames, assinalar o julgamento dos mesmos exams, lançando a sua assinatura nas provas juntamente com a banca examinadora.

h)—Se notar qualquer irregularidade nessa julgamento, pode não recusar a realização das reuniões de prova de direito, mas não se considerar autorizado a fazer que o determinadas e levá-las a face, por escrito, ao conhecimento do Governo.

i)—O Fiscal apresenta, a seu critério, ao Governo, um relatório do movimento do Colégio, relativamente ao curso equiparado.

j)—O Fiscal poderá, a seu critério, fazer que o distinguido para provas escritas de exames, assinalar o julgamento dos mesmos exams, lançando a sua assinatura nas provas juntamente com a banca examinadora.

h)—Se notar qualquer irregularidade nessa julgamento, pode não recusar a realização das reuniões de prova de direito, mas não se considerar autorizado a fazer que o determinadas e levá-las a face, por escrito, ao conhecimento do Governo.

i)—O Fiscal apresenta, a seu critério, ao Governo, um relatório do movimento do Colégio, relativamente ao curso equiparado.

j)—O Fiscal poderá, a seu critério, fazer que o distinguido para provas escritas de exames, assinalar o julgamento dos mesmos exams, lançando a sua assinatura nas provas juntamente com a banca examinadora.

h)—Se notar qualquer irregularidade nessa julgamento, pode não recusar a realização das reuniões de prova de direito, mas não se considerar autorizado a fazer que o determinadas e levá-las a face, por escrito, ao conhecimento do Governo.

i)—O Fiscal apresenta, a seu critério, ao Governo, um relatório do movimento do Colégio, relativamente ao curso equiparado.

j)—O Fiscal poderá, a seu critério, fazer que o distinguido para provas escritas de exames, assinalar o julgamento dos mesmos exams, lançando a sua assinatura nas provas juntamente com a banca examinadora.

h)—Se notar qualquer irregularidade nessa julgamento, pode não recusar a realização das reuniões de prova de direito, mas não se considerar autorizado a fazer que o determinadas e levá-las a face, por escrito, ao conhecimento do Governo.

i)—O Fiscal apresenta, a seu critério, ao Governo, um relatório do movimento do Colégio, relativamente ao curso equiparado.

j)—O Fiscal poderá, a seu critério, fazer que o distinguido para provas escritas de exames, assinalar o julgamento dos mesmos exams, lançando a sua assinatura nas provas juntamente com a banca examinadora.

As colicas uterinas, mesmo da gravidez por mais violentas que sejam, cedem em 2 horas, com a



REGULADOR E CALMANTE DAS SENHORAS

Combatte as COLICAS UTERINAS em 2 horas. Actua rapidamente nas inflamações do UTERO e dos OVÁRIOS. A «FLUXO-SEDATINA» é de ação prompta e eficaz em todos os casos de suspeitas e irregularidades, REÓPSIS EXCESSIVA, fases de regras, REGRAS DOLOROSAS, corrimentos, CATARRO DO UTERO, flores brancas e acidentes da EDADE CRÍTICA.

Nos PARTOS é um poderoso auxiliar, porque facilita diminui as dores e EVITA AS HEMORRAGIAS. A «FLUXO-SEDATINA» é usada com óptimos resultados nos hospitais e maternidades, dando sempre RESULTADOS SÓTIOS.

Recetado pelo Dr. M. R. P., vol. 4, p. 565, no 5-1928.

Dorycedina

NÃO ATACA O CORAÇÃO

O REMÉDIO CONTRA A DOR POR EXCELENCIA. Combate a D. R. DE CABEÇA, Rheumatismo, COLICAS, Neuralgias, DOR DE DENTES. Dóres nos ossos, com rápidas e segurança.

SEU EFEITO É SEMPRE POSITIVO

A «DORYCEDINA» é recomendada com sucesso contra D.R.E. e Convulsões. Os RESPIRADORES, tão comum usado durante inverno, são combatidos com efeito muito superior com o uso da «DORYCEDINA». DORYCEDINA, é um medicamento indispensável; nunca em sua casa. Exija sempre nas farmácias «DINDINA», as mais facetas de I-mar, etc.

V. J. FREIRE
15 de março de 1928

CASA DAS NOVIDADES

ESPECIALISTA NA VENDA DE EXTRACTOS, LOÇÕES E ÁGUAS DE COLO-
NIA, A RETALHO.

Stock de brinquedos para crianças, a preços sem competição.

E' fazer economia não comprar brinquedos sem primeiro vê-los da

CASA DAS NOVIDADES

com seus preços sem igual.

AVENIDA BEAUREPAIRE ROHAN, N. 116

**EDITAL — Directo-
ria Geral da Instruc-
ção Pública Primá-
ria** — De ordem do sr. di-
rector geral da Instrução Pública, faço sciente aos inter-
essados que se achando va-
gas as cadeiras elementares
diurnas infra mencionadas,
são convidados professores
de cadeiras de igual categoria,
ou de categorias inferiores,
que as pretendem, a
pedirem remoção, dentro do
prazo de 40 dias, a contar
desta data, de acordo com o
art. 53 do decreto n. 1484
de 30 de junho do corrente
ano, devendo os candidatos
apresentar as suas petições
devidamente instruídas de do-
cumentos que os habilitem
ao referido concurso.

As cadeiras são as seguin-
tes: mista da cidade de Prin-
ceza; sexo feminino da ci-
dade de S. João do Cariry e da
vila de Misericórdia e sexo
masculino da vila de S. Lu-
ís do Sabugy.

Secretaria Geral da Instruc-
ção Pública da Parahyba, 6
de fevereiro de 1928.

José Eugenio Lins de Albu-
querque, secretário.

**EDITAL — Instruc-
ção Pública Primá-
ria** — De ordem do sr. di-
rector geral da Instrução Pública, faço sciente aos inter-
essados que, se achando va-
gas as cadeiras rudimentares
infra mencionadas, são sub-
metidas a concurso de provi-
mento pelo prazo de 40 dias
a contar desta data, devendo
as candidatas apresentar ne-
cessariamente suas petições re-
querendo exame das matérias
necessárias ao ensino, medi-
ante uma comissão nomeada
pelo diretor geral da In-
strução Pública, de acordo
com a letra c, do art. 24 do
decreto n. 1484 de 30 de ju-
nho de 1927, que altera o re-
gulamento da instrução Pri-
maria. As cadeiras são as se-
guientes: mistas do Destero
de Salamandria do município
de Pombal, Curema do mu-
nicipio de Plançô e Santo Antônio
do município de Areia.

Secretaria Geral da Instruc-

Santa Rosa Junior. Escritu-
rario.
(3-3)

Força Pública do Estado — Editorial — De
ordem do sr. presidente do
Conselho Administrativo desta
Força, faço publico pelo pres-
ente editorial, para conhecimento
dos interessados, que
se acha aberta a concur-
rencia administrativa para for-
necimento dos artigos abaixo:
ARTIGOS DE EXPEDIENTE
Tinta preta «Sardi-
nha» Litro
Papel almagro 7.000 Resma
• Vellín
Papel almagro 4.000 Resma
• Vellín
Papel carbono
• Special Caixa
Papel grosso para
machina Caixa
Papel fino para
Machina
Lapis preto «Fa-
ber» n.º 2
Mata-Borrão (bom) Folha
Papel madeira Folha
Tinta carmim Litro
Sardinha Gomma árabica
Sardinha Litro
Moscas para papel, grandes
Moscas para papel, pequenas Caixa
Grampos de metal amarelo p. «papel Pennas «Malas» n.º 12
Fita bicolor p. «Mac» Remingt. n.º Caneta
Passadeira de metal amarelo p. «papel Borraça «Faber» vermelha para lapis e tinta Litro
Lapis bicolor Litro
Passadeira de metal amarelo p. «papel Borraça «Faber» vermelha para lapis e tinta Litro
Lapis bicolor Litro
PERFUMARIAS PARA BAR-
BEARIA
Água de quínia Litro
• Parisiana
Água de colonia Litro
• Parisiana
Brillantina «Flor de amor» Litro
Esmell
Papel higiénico Maço
Pô de arroz Maço
• D. rect.
Talco «Alba Rosa Kilo
Loção «Joujou» Lata
Pô de sabão Lata
Soberana Lata

rem concorrer a esse forne-
cimento deverão apresentar
os seus requerimentos no
dia 3 de Março p. vindouro,
ao sr. presidente do Conselho
Administrativo desta Força.

As propostas serão aber-
tas na Sala do referido Conselho,
as 13 horas do citado dia.

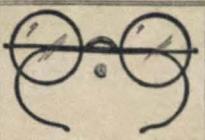
Predio n.º 884, constituído
em estilo moderno, com entran-
duas janelas e um janelão de
frente, com balauistado e
molduras de ferro, com
9 horas.

Os pagamentos dos artigos
fornecidos serão feitos à vis-
ta, na Contadoria da Força,

Quartel na Parahyba, 23 de
fevereiro de 1928.

Augusto Toscano — 2º Tte.
Contador-Thesoureiro.

O PINCE-NEZ MODERNO RUA MACIEL PINHEIRO N. 300



GRANDE sortimento de óculos e pince-nez
dos mais modernos. Vidro de 1.º qual-
idade, brancos e de cores, para vista cansada e am-
opia; bifocais, para vir de leitor e de porto ao
mesmo tempo, e espejo-cor-de-rosa, para correção
do estrabismo e astigmatismo. Ultimato é o vidro
que neutraliza os raios ultra-violeta do sol e con-
serva a vista. Lindos estojos de alumínio para ocu-
los. Dispõe de máquinas modernas para preparar
os vidros em qualquer tamanho e formato, em pou-
co tempo. Se vemos óculos atípicos, aqui encon-
trarás pesada habilitada para servir-lhe bem, sem
prejudicar-lhe a vista. Dispõe de grande sortimento de óculos e vidros de cores e brancos
sem grau, para descansar a vista. Sortimento de bastes para óculos.

B. VICENTE DALIA

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—

—